

SÉRIE TEXTOS DE DISCUSSÃO CEAG/UnB

003/14

**Coalizões de Advocacia: levantamento das teses e
dissertações nacionais**

Mauro Guilherme Maidana Capelari
Paulo Carlos du Pin Calmon
Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo

**Centro de Estudos Avançados de Governo e de
Administração Pública - CEAG**

Brasília

2014



Universidade de Brasília

Reitor Ivan Marques de Toledo Camargo



**Centro de Estudos Avançados de Governo e
Administração Pública**

Coordenador: Paulo Carlos Du Pin Calmon

**Laboratório de Análise de Políticas Públicas do
CEAG (LAPP/CEAG)**

O Laboratório de Análise de Políticas Públicas do CEAG (LAPP/CEAG) é formado por professores e alunos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE/UnB), Instituto de Ciência Política (IPOL/UnB) e Faculdade de Tecnologia (FT/UnB). Seu objetivo é desenvolver atividades de pesquisa sobre temas relacionados à avaliação e análise de políticas econômicas e sociais. Com esse intuito o grupo apoia o desenvolvimento de pesquisas fundamentadas em diferentes abordagens metodológicas, estimula a elaboração de artigos, dissertações e teses, promove encontros acadêmicos e incentiva a participação de seus pesquisadores em eventos científicos no Brasil e no exterior.

Textos para Discussão (TD)

**Coalizões de Advocacia: levantamento das teses e
dissertações nacionais**

Mauro Guilherme Maidana Capelari
Paulo Carlos du Pin Calmon
Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo

Editor: Luiz Guilherme de Oliveira

Editor Executivo: Mauro G. M. Capelari

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos por pesquisadores do CEAG da Universidade de Brasília (UnB).

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEAG/UnB.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.ceag.unb.br/ceag/public/biblioteca/index/tema/padrao/tipo/TD>

Coalizões de Advocacia: levantamento das teses e dissertações nacionais

Mauro Guilherme Maidana Capelari¹

Paulo Carlos du Pin Calmon²

Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo³

2014

¹ Doutorando em Administração Pública e Políticas Públicas – PPGA/UnB e pesquisador do CEAG.

² Docente do Programa Pós-Graduação em Administração – PPGA/UnB e Coordenador do CEAG.

³ Consultora Legislativa e Docente do Instituto de Ciência Política – IPOL/UnB

Coalizões de Advocacia: levantamento das teses e dissertações nacionais

1. INTRODUÇÃO

Este texto de discussão busca realizar um levantamento de publicações no Brasil aplicando o ACF ou abordando o modelo, a partir do ano 2000. Tem como intuito mapear a maneira como esse modelo está sendo utilizado no país, a partir da análise dos seguintes pontos: ano de publicação, instituição e, se for o caso, curso em que foi produzido o trabalho; políticas públicas nas quais o modelo foi aplicado; métodos e ferramentas mais utilizados para coleta de dados; hipóteses testadas ou de alguma forma trabalhadas; quantidade de coalizões encontradas; componentes da estrutura do modelo utilizados na análise dos trabalhos; teorias aplicadas conjuntamente com o ACF; e o papel de atores como jornalistas, cientistas e comunidade acadêmica na implementação ou na mudança nas políticas públicas.

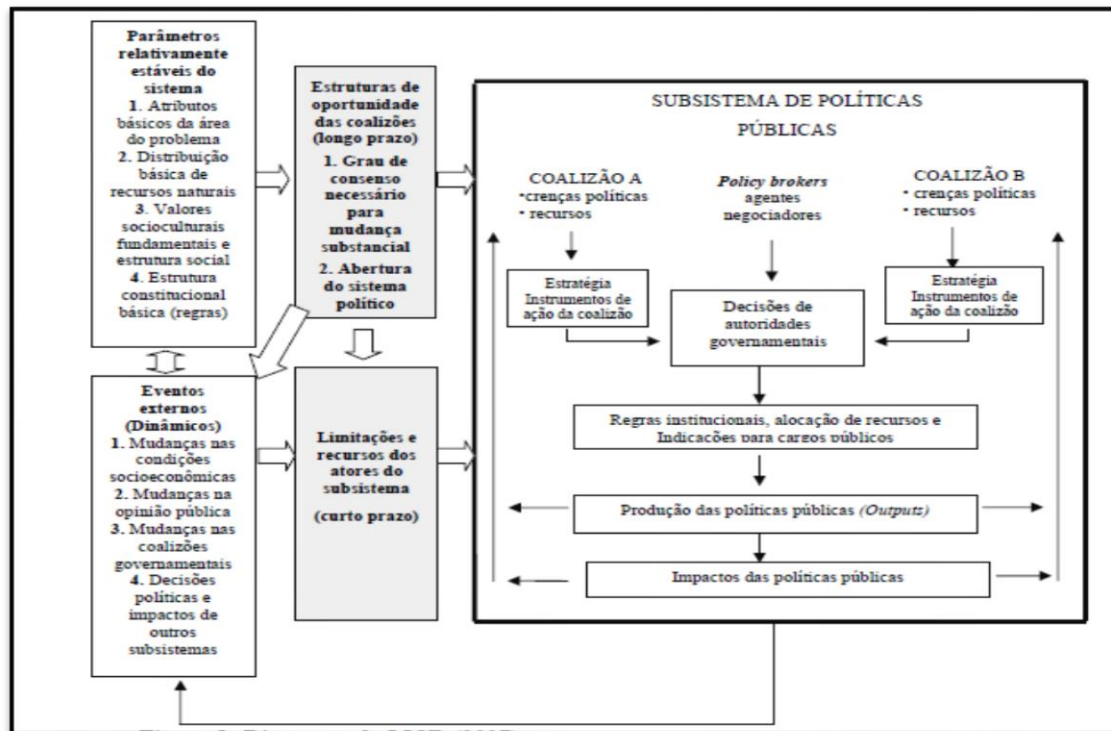
Procurou-se responder a seguinte questão: como e onde o ACF vem sendo utilizado e quais as características realçadas no modelo quando ele é aplicado em políticas públicas nacionais?

O trabalho justifica-se pela já exposta crescente atenção que o modelo tem recebido no Brasil no pós ano 2000. Além disso, buscará contribuir para a consolidação do ACF, ao debater, por meio dos trabalhos encontrados, as principais críticas realizadas ao modelo, quais sejam: sua não aplicabilidade fora dos EUA; e a necessidade de se combinar o ACF com outros modelos para melhorar seu caráter explicativo.

2. ADVOCACY COALITION FRAMEWORK: UMA VISÃO GERAL

O ACF (Figura 1) foi proposto por Sabatier, juntamente com o pesquisadores associados, notadamente Jenkins-Smith, na segunda metade da década de 1980 e aperfeiçoado por Sabatier e Weible (2007). O modelo procura compreender a formulação e os padrões de mudanças nas políticas públicas numa perspectiva temporal de uma década ou mais. Está orientado pelo entendimento de que as políticas públicas nas sociedades contemporâneas são complexas, tanto substantivas como legalmente, pois envolvem conflitos de metas, importantes disputas técnicas, múltiplos atores e variados níveis de governo. Em complemento à visão do tradicional “triângulo de ferro”, que engloba exclusivamente as comissões legislativas, as agências oficiais e líderes de grupos de interesses como os mais relevantes participantes políticos, o ACF expande a análise para acadêmicos, jornalistas, agentes de variados níveis de governo e outros atores, desde que se tornem atores especializados e, portanto, de alguma forma potencialmente influentes na formulação e implementação da política. Por fim, busca demonstrar como as coalizões ou grupos concorrentes competem por políticas vencedoras que reflitam suas ideias. (WEIBLE, SABATIER; MCQUEEN, 2009).

Figura 1: Diagrama do ACF



Fonte: Adaptado de Sabatier e Weible (2007)

Na perspectiva do ACF, a unidade de análise mais adequada para compreender as formulações ou mudanças nas políticas públicas é um subsistema. Este é entendido como um conjunto de atores, individuais ou coletivos, de organizações públicas ou privadas, ativa e regularmente preocupados com determinado campo de políticas públicas, e que buscam influenciar as decisões nesse domínio (SABATIER; WEIBLE, 2007).

Internamente ao subsistema, são encontradas coalizões de advocacia ou, para os que preferem o termo, coalizões de defesa, entendidas como os elementos essenciais do subsistema. As coalizões aglutinam atores pelo compartilhamento de um conjunto de ideias direcionadas ao campo de políticas públicas abrangido pelo subsistema, denominadas no modelo de “crenças”. Como os atores adotam conjuntos de crenças como heurística para simplificar, selecionar e filtrar informações, na perspectiva do ACF, as crenças constituem elementos do paradigma da racionalidade limitada (SIMON, 1985). As divergências quanto às crenças tendem a dificultar o processo de negociação e mudança nas políticas públicas. O processo de resolução de conflitos entre coalizões geralmente é complexo, sobretudo porque os atores de diferentes coalizões percebem o mundo mediante lentes distintas. Os níveis de conflito, que variam de acordo com o subsistema e o tempo, serão proporcionais ao grau de incompatibilidade entre as principais crenças das coalizões concorrentes.

Desde a primeira versão do modelo, o conjunto de crenças das coalizões está organizado em uma estrutura hierárquica de três níveis que se arranjam segundo o grau decrescente de resistência a mudanças: núcleo duro (*deep core*), núcleo de políticas públicas (*policy core*) e núcleo de aspectos secundários (SABATIER; WEIBLE, 2007; SABATIER; JENKINS-SMITH, 1999).

Estão integradas na concepção do núcleo duro as crenças referentes a assuntos normativos e ontológicos, como as prioridades em relação aos valores fundamentais da

natureza humana como liberdade, equidade, bem-estar, segurança, poder, identidade sociocultural e proteção ambiental, entre outras. Essas crenças são construídas no início da socialização dos atores do subsistema, sendo que mudanças nesse núcleo são muito difíceis de ocorrer. Relação ética homem-natureza, conhecimento como valor, visão do Estado e visão sobre recursos naturais podem ajudar a compor crenças desse núcleo. O núcleo de políticas públicas compreende posicionamentos estratégicos importantes sobre a política pública ou campo de políticas públicas que molda o subsistema. Os posicionamentos normalmente fazem referência às causas básicas dos problemas, distribuição adequada de autoridades entre o governo e o mercado, e preferências e prioridades entre os instrumentos de política pública mais relevantes. Tais posicionamentos são utilizados para atingir e reafirmar os valores do núcleo duro, determinando o quadro de aliados e oponentes no subsistema, ou seja, definindo as coalizões de advocacia. Preferências que se inserem no núcleo de políticas públicas abrangem todo o subsistema, são altamente salientes e constituem fonte de separação no âmbito do subsistema (SABATIER; WEIBLE, 2007). Posições sobre tipos prioritários de instrumentos de políticas públicas, controle do desmatamento, criação de unidades de conservação, direitos das populações tradicionais e participação do setor privado na solução dos problemas ambientais são exemplos de elementos do núcleo de políticas públicas apresentados em políticas de meio ambiente (ARAÚJO, 2007). Por fim, o último nível hierárquico do sistema de crenças são as crenças secundárias ou instrumentais. São preferências de menor amplitude e destaque, que estão relacionadas a aspectos específicos de determinada política pública, como decisões sobre alocações de recursos orçamentários e interpretações de problemas em locais específicos, entre outras. Em comparação com os dois outros níveis, este possui as crenças mais fáceis de serem negociadas e mudadas.

Os atores das diferentes coalizões provavelmente terão leituras bastante diversas das mesmas informações. Isso acirra a desconfiança entre os grupos. Os atores veem seus opositores como menos confiáveis, piores e mais poderosos do que são realmente (SABATIER; WEIBLE, 2007; SABATIER; JENKINS-SMITH, 1999), conformando o fenômeno chamado de *devil shift*. Na dinâmica interna do subsistema, além das crenças, são trabalhados os recursos das coalizões e seus atores (SABATIER; WEIBLE, 2007; SABATIER; JENKINS-SMITH, 1999). Eles fazem parte do conjunto de fatores que influenciam o comportamento dos atores e a formulação da política pública. No total são seis os recursos destacados pelos autores do ACF. O primeiro é referente à posição de autoridade legal de membros de determinada coalizão. Tal posição inclui gestores eleitos, legisladores, juízes e outros agentes. O segundo recurso está ligado à opinião pública. Ela possibilita maior suporte à posição política da coalizão e, por isso, as coalizões despendem bastante tempo tentando apoio da opinião pública. O terceiro recurso pauta-se pela conquista de informações. Sua importância está na solidificação da opinião dos membros da coalizão, no uso de argumentações mais consistentes contra coalizões opositoras, no convencimento dos tomadores de decisões soberanos e, também, na persuasão da opinião pública. O quarto recurso diz respeito à mobilização de “tropas” ou atores políticos que compartilham suas crenças para se envolverem em atividades políticas, incluindo manifestações públicas, campanhas eleitorais e angariação de fundos. O quinto recurso é o financeiro. Os recursos financeiros podem ser usados para compra de outros recursos, para financiar pesquisas e organizar ideias para produção de informações, para bancar candidatos que ajudem na potencialização do acesso interno aos legisladores e gestores públicos, e para lançar campanhas publicitárias de longo alcance e que fortaleçam as tropas de mobilização. Por fim, o sexto recurso é a liderança hábil que pode criar atrativos para a coalizão, entre eles estratégias mais eficientes de uso dos recursos existentes e a obtenção de novos recursos (SABATIER; WEIBLE, 2007; ALBRIGHT, 2011; NOHRSTEDT, 2011; INGOLD, 2011).

As mudanças ocasionadas nas políticas públicas, segundo os autores, derivam de fatores internos ao subsistema e de fatores exógenos a ele. Por meio da composição interna, são descritos no ACF três mecanismos de mudanças: (1) oriunda de aprendizado orientado às políticas públicas; (2) choques internos; e (3) acordos negociados (SABATIER; WEIBLE, 2007).

O aprendizado causa mudanças duradouras por motivar revisões nos objetivos políticos do subsistema. Suas raízes advêm da experiência e de novas informações trazidas por cientistas e técnicos. As crenças do núcleo duro e do núcleo de políticas públicas são resistentes a mudanças ocasionadas por novas informações. Crenças instrumentais, entretanto, são mais suscetíveis a esse tipo de mudança.

Os choques internos são vistos como fatores importantes que podem gerar mudanças na política pública. Sabatier e Weible (2007) caracterizam choques internos como eventos que atraem a opinião pública, ressaltam vulnerabilidades, falhas, negligências e trazem novas informações para dentro do processo político. O principal resultado dos choques internos é causar o desequilíbrio entre as forças dos atores do subsistema, potencializando mudanças. Isso ocorre devido ao fato de os choques internos colocarem as crenças do núcleo de políticas públicas diretamente em questão, o que não ocorre nos choques externos. No que se refere aos choques internos, os autores do ACF direcionam seus esforços para dois aspectos: a distribuição de recursos, argumentando que tais choques causam a redistribuição de recursos relevantes como os suportes público e financeiro; e a confirmação de crenças de coalizões minoritárias, ao mesmo tempo em que são colocadas em dúvida as crenças das coalizões dominantes.

Com o acordo negociado, último fator interno de mudança, o ACF passa a proporcionar uma visão mais consistente a respeito da identificação de condições sob as quais acordos envolvendo mudanças importantes na política pública são gerados entre as coalizões que anteriormente se encontravam em conflito. Os acordos ocorrem quando: as partes entendem que a manutenção de seus *status quo* levam as negociações para um “beco sem saída”; a mesa de negociação é composta por representantes de todas as coalizões; mediadores neutros e habilidosos comandam a negociação; aplicam-se regras de consenso; os fundos financeiros são reunidos a partir de fontes monetárias derivadas das diferentes coalizões; há comprometimento e permanência dos atores políticos nas negociações; e os conflitos estão mais associados a questões empíricas e menos a questões normativas. (SABATIER; WEIBLE, 2007).

Elementos que afetam diretamente o comportamento dos participantes políticos também são encontrados nos ambientes externos do subsistema de políticas públicas. Sabatier e Weible (2007) destacam: (1) fatores externos estáveis e dinâmicos; (2) estruturas de oportunidades; e (3) perturbações externas. Os fatores estáveis são compostos por atributos básicos do problema, distribuição dos recursos naturais, valores socioculturais e estrutura social, e estrutura constitucional básica (regras). Eles raramente causam mudanças em períodos menores de uma década e, por isso, raramente promovem modificações comportamentais ou políticas dentro do subsistema. São, entretanto, importantes para estabelecer os recursos e as limitações nas quais os atores do subsistema devem operar. Os fatores dinâmicos são compostos por mudanças nas condições socioeconômicas, mudanças na opinião pública, mudanças nas coalizões governamentais e impacto de decisões políticas de outros subsistemas. Eles afetam mais incisivamente o comportamento dos atores nos subsistemas, levando a mudanças em períodos menores que uma década. (SABATIER; WEIBLE, 2007; SABATIER; JENKINS-SMITH, 1999).

As estruturas de oportunidades consistem em dois conjuntos de variáveis: (1) grau de consenso necessário para mudanças substanciais; e (2) abertura do sistema político. Tais estruturas sofrem influência somente dos parâmetros relativamente estáveis do sistema. De

modo geral, quanto mais elevado o grau de consenso necessário para mudança significativa na política, maior a tendência de as coalizões serem inclusivas, buscarem acordos e compartilharem as informações com os oponentes. Em relação à abertura do sistema político, Sabatier e Weible (2007) afirmam que quanto mais próximo ao corporativismo, menores são a participação política, os incentivos e a abertura para a atuação de atores mediadores nos subsistemas. Em contrapartida, um regime pluralista desenvolve características que os permitem ter sistemas de decisões mais abertos.

Perturbações externas, por sua vez, são compreendidas como mudanças em condições socioeconômicas, mudanças de regime, impacto de outros subsistemas ou desastres. Entre os efeitos das perturbações externas, estão as redistribuições de recursos entre as coalizões, a abertura ou encerramento de subsistemas nos eventos de maior impacto, a alteração das crenças da coalizão dominante e a substituição da coalizão dominante por uma minoritária. O ACF conta com um total de quinze hipóteses (Figura 3), que procuram verificar a evolução dos conceitos teóricos do modelo no momento de colocá-los em prática. Essas hipóteses compreendem os três principais eixos de análise do ACF: o primeiro centra-se nas coalizões de defesa e no entendimento de que os elementos mantenedores das coalizões são as crenças do núcleo de políticas públicas; o segundo corresponde às mudanças nas políticas públicas; e o terceiro diz respeito ao processo de aprendizado orientado às políticas públicas (WEIBLE; SABATIER; MCQUEEN, 2009).

Apesar de o ACF ter-se consolidado como um dos principais modelos para análise da formação e das mudanças de políticas públicas específicas, costumeiramente vem recebendo críticas e propostas de aperfeiçoamento (JOHN, 2003; HILL, 1997). A principal crítica afirma que seu quadro analítico é baseado em poucas relações causais estabelecidas. Na tentativa de compreender os complexos processos políticos governamentais, o modelo acabaria sendo utilizado mais para orientar discussões, uma vez que conta com nível epistemológico relativamente baixo. O ACF, dessa forma, afirmar-se-ia predominantemente mais como um instrumento descritivo e analítico, do que um modelo explicativo com capacidade de interpretar as mudanças nas políticas e nas crenças. A segunda crítica argumenta que o ACF se acomodaria unicamente a quadros políticos pluralistas próximos do sistema dos EUA.

Ademais, o modelo negligenciaria ou mesmo rejeitaria questões relacionadas aos conflitos distributivos internos entre os membros das coalizões e, entre outros pontos, *free riders* e ações humanas individuais restariam pouco exploradas. Finalmente, em razão de o ACF ser proposto para a análise de políticas em períodos longitudinais de dez anos ou mais, não conseguiria atentar para o gerenciamento de crises políticas. Neste estudo, centrou-se a análise exclusivamente nas duas primeiras críticas.

3. MÉTODO

O trabalho levantou vinte e três teses e dissertações das universidades brasileiras que tinham o ACF como principal base teórica na análise de políticas nacionais e que foram defendidas entre os anos de 2000 e 2013. Foram descartados quatro trabalhos que apenas referenciavam o modelo e não o aplicavam inteiramente. Portanto, dezenove é o total de teses e dissertações analisadas nesse trabalho.

Foram escolhidos os bancos de dados/bibliotecas das principais universidades que contemplam cursos de Administração Pública, Ciência Política, Serviço Social, Educação, Sociologia, a saber: UnB, FGV (Eaesp e Ebape), UFMG, UFRGS, USP, UFSCAR, UFBA, UFRJ, UFSC e UFRN. Paralelamente, outro levantamento na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e no Banco de Teses da Capes foi realizado para garantir que todas as universidades do país pudessem ser contempladas na pesquisa. As palavras-chave que foram pesquisadas nestes sítios foram “coalizões”; “coalizão”; “Sabatier”; e “*Advocacy Coalition Framework*”. O campo de pesquisa dessas

palavras abrangeu o autor, o resumo, o título e o assunto do trabalho. A opção por não colocar “Coalizões de Advocacia”, “Coalizão de Advocacia”, “Coalizões de Defesa”, ou “Coalizão de Defesa” foi devido ao fato de que, ao buscarmos as palavras “coalizão” ou “coalizões”, todos os trabalhos que possuísem, no campo de pesquisa delimitado, esses termos em associação com outras palavras iriam ser encontrados, inclusive “Coalizões de Advocacia”, “Coalizão de Advocacia”, “Coalizões de Defesa”, ou “Coalizão de Defesa”.

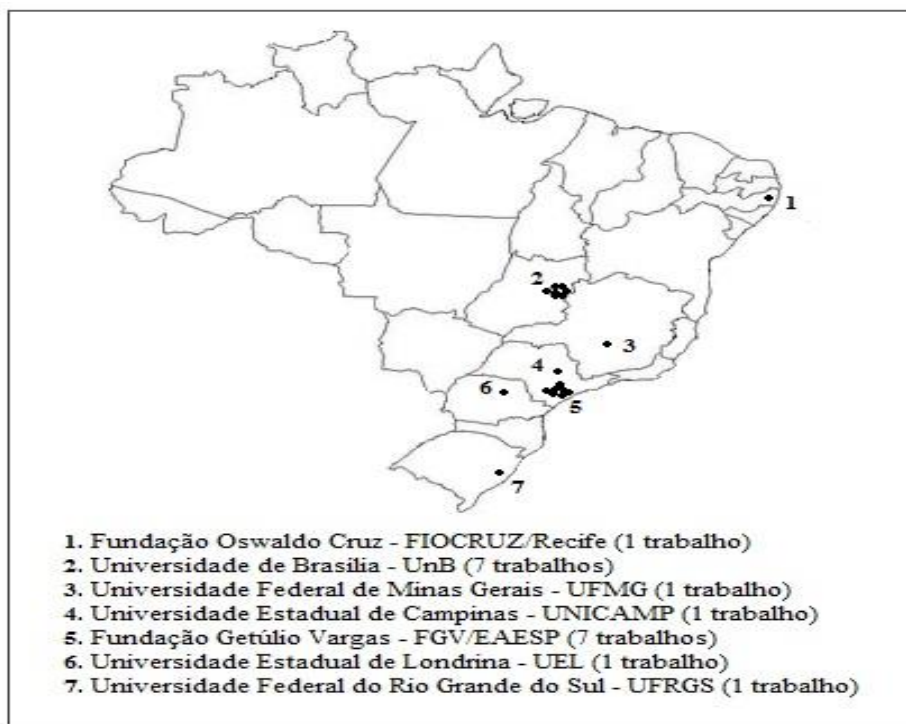
O tratamento das teses e dissertações encontradas foi realizado em duas partes. Na primeira, buscou-se sistematizar os dados a partir dos seguintes critérios: o ano de publicação; a instituição e o curso em que foi produzido o trabalho; em quais políticas públicas o modelo foi aplicado; quais os métodos e ferramentas utilizados para a coleta de dados; em quais hipóteses do modelo os trabalhos foram centrados, se for o caso; a quantidade de coalizões encontradas pelos pesquisadores; e quais foram os componentes da estrutura do modelo utilizados nos trabalhos. A segunda parte objetivou sistematizar os dados a partir do entendimento de como os trabalhos buscaram dialogar com as críticas realizadas ao modelo, no sentido de atenuar estas críticas e aplicar o ACF de forma menos problemática possível. Assim, os critérios dessa segunda parte da análise passaram pela observação das teorias aplicadas conjuntamente com o ACF e o papel dos atores (com foco em jornalistas, cientistas e comunidade acadêmica, uma vez que sua inclusão na análise é característica do ACF).

A coleta do material documental ocorreu nos meses de maio e junho de 2013 e a compilação e sistematização nos meses de junho e julho do mesmo ano.

4. MAPEANDO AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA APLICAÇÃO DO ACF NO PAÍS

Na compilação dos dados, notou-se, inicialmente, a existência de duas instituições de ensino superior predominantes na aplicação do ACF: a Universidade de Brasília – UnB e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV/Eaesp. Ambas tiveram sete trabalhos defendidos no período analisado, sendo duas teses e cinco dissertações. Cabe destacar que na UnB as aplicações estiveram mais heterogeneizadas entre os programas de pós-graduação, por serem encontrados no Instituto de Ciência Política – Ipol (5), no Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA (1) e no Programa de Pós-Graduação em Política Social (1), enquanto que na FGV/Eaesp os trabalhos estiveram centrados no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo. Outras instituições, cada uma com um trabalho cada, também compuseram a lista: Universidade de Campinas – Unicamp no Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS no Programa de Pós-Graduação em Sociologia; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG no Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos hídricos; Universidade Estadual de Londrina – UEL no Programa de Pós-Graduação em Administração; e Fundação Oswaldo Cruz/Recife – Fiocruz no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública (Figura 2).

Figura 2: Distribuição do ACF pelo Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Por meio desses dados, pôde-se também observar a transversalidade presente no uso do ACF, uma vez que é aplicado em áreas de conhecimento diversas como ciência política, sociologia, administração pública, serviço social, saúde pública, meio ambiente e tecnologia e inovação. Essa transversalidade é devedora, provavelmente, das próprias características internas do ACF, que abrangem elementos como subsistemas, coalizões, grupos informais de atores, crenças, vieses cognitivos, informações técnicas, tomada de decisão, acordos negociados, agentes negociadores, recursos, estratégias, estruturas e instituições, todos influenciando a formulação e a mudança nas políticas públicas. A transversalidade tende também a ser característica herdada dos próprios estudos na área de políticas públicas. Como afirma John (1999), as políticas públicas são transversais a diversos aspectos da política necessitando, dessa forma, de conhecimentos trazidos das áreas de sociologia, estudos organizacionais, psicologia e economia, assim como da ciência de especialistas de setores específicos para dar conta da complexidade e da riqueza que permeiam a vida contemporânea. Quanto ao ano de defesa dos trabalhos, notou-se que o primeiro foi defendido no ano de 2002 na UnB, tendo como foco o controle de drogas ilícitas no Brasil (FRANÇA, 2002). Outros trabalhos foram encontrados somente a partir de 2006 e com maior intensidade nos anos de 2008 (3), 2011 (3) e 2012 (3), apontando para uma suposta contemporaneidade da inserção do ACF nas instituições de ensino superior do Brasil respaldada, ainda, pelo processo de sedimentação da área de políticas públicas no país (FARIA, 2003; SOUZA, 2006; CAPELLA, 2006). Esses argumentos também podem sustentar o fato de os trabalhos defendidos terem sido, em sua grande maioria, em nível de mestrado (12), assinalando para o começo de um refinamento teórico e metodológico do modelo no campo das políticas públicas no Brasil.

Foi percebida uma maior orientação à análise de políticas em nível nacional, em comparação com políticas estaduais e municipais. No primeiro caso, foram localizados quatorze trabalhos e para o nível estadual ou municipal foram detectados apenas cinco. De modo semelhante ao encontrado em Weible, Sabatier e McQueen (2009), notou-se uma predominância do ACF no estudo de políticas voltadas para meio ambiente e energia, com um

total de sete trabalhos encontrados. A análise de políticas sociais (3), econômicas (2), de saúde (2), científica e tecnológica (1), turismo (1), voltadas à infância (1), esporte (1) e controle de drogas (1) completam o quadro.

Diferentes fatores podem constituir possíveis explicações da soberania das políticas ambientais e energéticas em pesquisas que adotam o ACF. O primeiro é o constante conflito existente entre os atores que operam diretamente na agenda ambiental, o que possibilita identificar, com certa facilidade, as coalizões existentes. No Brasil, esse conflito também pode ser ilustrado pelo descompasso entre uma das mais avançadas legislações ambientais do mundo e a baixa efetividade das políticas ambientais no país (ALONSO; COSTA, 2002), evidenciando pouco consenso no subsistema ou subsistemas atinentes a essa temática.

Uma segunda explicação, mas não menos importante, é a ideia de “crise ambiental” que eclodiu a partir da década de 1970. Crise ambiental diz respeito a mudanças drásticas produzidas no ambiente natural pelo ser humano, que permite, influencia e condiciona a vida humana e a das demais espécies (GUIMARÃES, 1988). Não obstante haver diversas leituras a respeito da motivação dessa crise, a que sobressai é a da não conciliação dos padrões de relações sociais de produção desencadeados na modernidade, e do tempo e capacidade de assimilação da natureza para lidar com os impactos dessas relações. Quando a extração de recursos ou a geração de impactos é mais intensa que a capacidade do ecossistema de reproduzir ou reciclar tais impactos, ocorre uma crise ambiental manifestada em poluição ou degradação (FOLADORI, 2001). Incluso nessa crise, encontra-se o Brasil, país conhecido por sua biodiversidade ser uma das mais ricas e fartas do mundo e, dessa forma, fonte constante de estudos nesse campo. Esse quadro que pode ter contribuído para o número relevante de trabalhos analisando a política ambiental a partir do ACF.

No que tange ao método e técnicas de coleta de dados, os trabalhos analisados trouxeram as seguintes informações: todos utilizaram do método qualitativo e também pelo menos uma das técnicas de coleta – análise de documentos públicos ou aplicação de entrevistas. A maioria dos trabalhos (15) utilizaram as duas técnicas conjuntamente. Nota-se, ainda, o baixo uso de *softwares* de apoio à análise qualitativa para armazenar, organizar e compilar os dados. Somente cinco trabalhos fizeram uso de *software*, sendo que todos utilizaram o mesmo programa, qual seja: NVIVO. Ao contrário do relatado por Weible, Sabatier e McQueen (2009), o método e as técnicas de coleta de dados das teses e dissertações nacionais apresentaram-se de forma clara e detalhada. Muito embora os trabalhos nacionais tenham se sobressaído quanto à clareza e a detalhamento metodológico, parte deles peca por não seguir as recomendações do modelo quanto à forma de codificação para encontrar as coalizões no subsistema.

Quanto às hipóteses do ACF, somente seis trabalhos relataram ter testado alguma delas no decorrer da pesquisa (Figura 3). Dessa maneira, a grande maioria das teses e dissertações analisadas ignoraram as hipóteses do modelo, panorama similar ao encontrado na análise de Weible, Sabatier e McQueen (2009). Em três trabalhos, os autores ajustaram algumas hipóteses gerais do ACF para a realidade da política que estava sendo analisada. Os trabalhos que testaram as hipóteses do ACF (6) estavam preocupados em compreender o aprendizado político, orientado às políticas públicas, ocorrido dentro do subsistema (hipóteses 6, 7, 8, 9,12) e, de modo menos intenso, se preocuparam em analisar diretamente a mudança ocorrida no subsistema (hipóteses 4 e 5). Obviamente, como foi colocado na revisão de literatura, o aprendizado político é um fator interno ao subsistema importante para compreender mudanças. Dessa forma, ao testarem as hipóteses do ACF relacionadas ao aprendizado, o que os autores buscam, de modo geral, é entender a mudança nas políticas públicas.

Figura 3: Hipóteses do ACF e Aplicação no Brasil

Hipóteses	Quantidade
1. Diante de grandes controvérsias no âmbito de um subsistema político <i>maduro</i> , quando as ideias centrais estão em disputa, o agrupamento dos aliados e oponentes tende a ser mais estável no período de uma década ou mais.	1
2. Os atores dentro de uma coalizão de defesa apresentam consenso sobre questões pertinentes ao núcleo político, porém em menor grau nos aspectos secundários.	0
3. Um ator ou coalizão desistirá dos aspectos secundários do sistema de ideias antes de admitir as fraquezas no núcleo político.	
4. Os atributos básicos do núcleo político de um programa governamental em determinada jurisdição não será revisada significativamente na medida em que o subsistema da coalizão de defesa que iniciou o programa permanece com o poder naquela jurisdição – exceto quando a mudança é imposta por uma jurisdição hierarquicamente superior.	4
5. Os atributos do núcleo político de um programa governamental provavelmente não sofrem mudanças a não ser que ocorram significativas perturbações externas ao subsistema, como mudanças nas condições socioeconômicas, na opinião pública, no sistema de aliança política do governo, ou como consequência dos resultados de outros subsistemas.	3
6. O aprendizado político que atravessa o sistema de ideias, crenças e valores é mais plausível quando existe um nível intermediário de conflito informado entre ambos. Esta situação requer que cada coalizão tenha os recursos técnicos para se engajar no debate; e que conflito seja entre os aspectos secundários de um sistema de ideias e os elementos centrais do outro.	2
7. Problemas baseados em dados quantitativos e teoria existente são mais bem conduzidos com o aprendizado político do que os de teoria e dados qualitativos, muito subjetivos.	2
8. Problemas envolvendo sistemas naturais são mais bem conduzidos pelo aprendizado político através do sistema de ideias, crenças e valores, do que aqueles que envolvem apenas os sistemas sociais ou políticos, porque no primeiro, muitas das variáveis críticas não são elas mesmas as estratégias ativas, bem como, o experimento controlado é mais exequível.	1
9. O Aprendizado Político que atravessa o sistema de ideias, crenças e valores, é mais provável de acontecer quando nele existe um fórum que tenha prestígio suficiente para forçar os profissionais de diferentes coalizões para participarem; e que dominem pelas normas profissionais.	1
10. Dentro de uma coalizão, agências administrativas geralmente vão defender posições mais moderadas do que a dos grupos de interesse a que estão aliados.	1
11. Elites de grupos propositivos são mais compelidos a expressar suas ideias e posições políticas do que as elites dos grupos materiais.	0
12. Sempre que a acumulação de informações técnicas não muda as visões da coalizão oponente, pode haver importantes impactos sobre a política – pelos menos em curto prazo – ao alterar as visões dos agentes políticos.	4
13. A organização aumenta de acordo com a congruência das ideias. O conflito aumenta conforme há divergência de ideias.	0
14. A congruência no núcleo político é mais importante do que nos outros tipos, para explicar a capacidade de organização.	1
15. A importância da congruência numa proposta política para prognosticar a capacidade de organização aumenta na medida em que aumenta a extensão em que a proposta tem importante e duradouro impacto nos valores do núcleo político; o tempo em que a questão política se mantém enquanto recurso de destaque do conflito político; e a percentagem de atores do subsistema afetados pela proposta.	1

Fonte: Adaptado de Sabatier e Weible (2007); Sabatier e Jenkins-Smith (1999) e Weible, Sabatier e McQueen (2009).

Com relação ao número de coalizões encontrado nos subsistemas de políticas públicas, notou-se a predominância, nos trabalhos analisados, de duas coalizões. Isso ocorreu em nove dos dezenove trabalhos. Em seguida, os subsistemas com quatro e cinco coalizões (6) e com uma (2) e nenhuma (2) completam a lista. Duas importantes observações são necessárias de serem relatadas: os trabalhos focados em analisar subsistemas relacionados à política nacional ou municipal de meio ambiente, costumeiramente, tendem a encontrar um número total de coalizões igual ou maior do que três, caso pouco comum em análise de outras políticas nacionais ou municipais. A política ambiental no país conforma-se historicamente em campos de intensos conflitos, o que pode ter gerado um número maior de coalizões consolidadas ao longo do tempo. Acredita-se que uma afirmação mais categórica sobre esse ponto demandaria maior número de trabalhos com o ACF. Uma segunda observação necessária está relacionada ao baixo cuidado metodológico das pesquisas no momento da delimitação das coalizões presentes no subsistema. Verificou-se que a maioria das teses e dissertações descreve as

coalizões sem construir um código de análise dos documentos públicos ou do conteúdo das entrevistas e, sobretudo, ignorando recomendações do referencial teórico de Jenkins-Smith e Sabatier (1993). Cabe registrar, também, que os três níveis de crenças (*deep core*, *policy core* e aspectos instrumentais) não foram ao menos citados em alguns trabalhos no momento de caracterização das coalizões.

Ainda tratando do rigor metodológico na descrição e delimitação das coalizões, ficou aparente a existência de relação direta entre uso de *software* para compilação e análise dos dados, e um maior rigor teórico e metodológico. Assim, o uso do NVIVO parece ter sido ferramenta essencial para que os trabalhos dessem corpo ao estudo sistemática do conteúdo de documentos e, dessa forma, apresentassem um procedimento metodológico mais próximo do pretendido por Jenkins-Smith e Sabatier (1993). Dos trabalhos que se destacaram no assunto, podem ser mencionados os de: França (2002) em análise de política nacional de drogas ilícitas; Araújo (2007) em análise da política nacional de biodiversidade e florestas; Viana (2011) em análise da transposição de terras no semiárido; Oliveira (2011) em análise da política de saneamento de Belo Horizonte; Vicente (2012) em análise da política de ordenamento territorial do Distrito Federal; e Araújo (2013) em estudo sobre as mudanças das bases regulatórias da política nacional do meio ambiente, comparando as agendas verde (biodiversidade e florestas) e marrom (controle da poluição e gestão ambiental urbana).

Para finalizar a análise geral da aplicação do ACF, buscou-se entender se os trabalhos priorizavam elementos determinados do modelo na apresentação dos resultados. Observou-se que as apreciações das políticas focaram, mesmo que secundariamente, eventos externos (8) e parâmetros estáveis (6). Recursos das coalizões (4) também foram aspecto analisado pelos trabalhos. Uma das suposições para que os dois primeiros atributos da estrutura do modelo sejam os mais estudados é a necessidade de se observar as coalizões em períodos com dez anos ou mais, pressuposto que gera a necessidade de inserir as coalizões no tempo e no espaço, caracterizando seu contexto, por meio dos parâmetros estáveis, e observando as mudanças que ocorreram ao longo do tempo, por meio dos eventos externos. Quanto ao trato dos recursos, apesar de serem citados na análise de quatro trabalhos, em nenhum deles se caracterizou como o fator principal da pesquisa, mas sim como um elemento secundário objeto apenas de ponderações pontuais. De fato, os trabalhos brasileiros não concentraram sua atenção em preencher a lacuna de os recursos das coalizões serem pouco estudados, que na verdade é geral para as pesquisas com o ACF, como apontam Sabatier e Weible (2007).

5. CRÍTICAS AO ACF E SUA PERCEPÇÃO NO BRASIL

Nessa parte da pesquisa, tentou-se compreender como os dezenove trabalhos analisados dialogam com as críticas que o ACF recebe em âmbito internacional. O intuito aqui é perceber se os trabalhos nacionais se preocuparam com as limitações do modelo no momento da escolha dele para compor a base teórica das teses ou dissertações. Além disso, há também a preocupação de compreender como os trabalhos nacionais contribuem para a aplicação do modelo de forma menos problemática possível, apontando para caminhos de melhoria ou adaptação do ACF a realidades políticas específicas.

Entre às críticas ao modelo, duas foram analisadas: a primeira que afirma o quadro analítico do ACF ser baseado em poucas relações causais estabelecidas e, por isso, servir mais para orientar e descrever do que interpretar as formulações e as mudanças nas crenças e nas políticas públicas; e a segunda que verifica a importância de atores como jornalistas, cientistas e comunidade acadêmica na implementação e na mudança em políticas públicas no Brasil, que detém características políticas diferentes do pluralismo norte-americano.

Quanto à primeira crítica, notou-se que a maioria dos trabalhos (10) não fez nenhum complemento ao ACF no momento de aplicá-lo empiricamente. Talvez isso seja possível devido ao caráter menos denso cobrado nas defesas de dissertações nacionais, uma vez que

sete dos dez trabalhos são em nível de mestrado. O tempo limitado para se desenvolver uma dissertação pode ter contribuído para os trabalhos terem se configurado de forma mais analítica do que explicativa. Isso não significa dizer, entretanto, que os dez trabalhos que aplicaram exclusivamente o ACF tenham negligenciado as críticas ao modelo. Pelo contrário, alguns relataram tais críticas na revisão teórica. De fato, no geral, esses dez trabalhos assumiram duas orientações distintas: um grupo preocupou-se em moldar um corpo metodológico mais robusto na aplicação do modelo, utilizando de *software* para organização e análise de dados e mesclando técnicas de coletas como reunião de documentos públicos e aplicação de entrevistas, além de buscar seguir as sugestões de codificação propostas por Jenkins-Smith e Sabatier (1993); e um segundo grupo que, apesar de se comprometer em analisar a política pública pela lente do ACF, a fez de forma mais superficial, mostrando uma preocupação maior em compreender a política pública mediante o relato detalhado do processo histórico atinente a ela.

Em relação aos trabalhos que buscaram tornar o ACF mais explicativo (9), houve certa homogeneidade quanto ao modelo ou teoria utilizada em conjunto. O Modelo de Múltiplos Fluxos foi utilizado em quatro oportunidades e o neoinstitucionalismo histórico em outras duas. Os outros trabalhos foram complementados por referenciais como: Gramsci e sua proposta de hegemonia; Ostrom com a ideia de boa governança; e Carol Weiss e Michael Bucuvalas com a obra *Social Science Research and Decision-Making* (1980). O Modelo de Múltiplos Fluxos, que se apresentou com maior frequência nessa parceria, tende a convergir com o ACF principalmente sobre o papel endógeno das ideias e do conhecimento no processo político (JOHN, 1999). Ambos, também são devedores do paradigma da racionalidade limitada (SIMON, 1985), o que os aproxima na leitura da tomada de decisão em políticas públicas. Para o ACF, o Modelo de Múltiplos Fluxos tende a ser proveitoso quanto às análises em mudanças realizadas na agenda governamental, na explicação de como as políticas se constituem e na compreensão da ambiguidade em processos políticos.

Em relação à segunda crítica focada neste trabalho, tentou-se identificar como os trabalhos observaram o papel de atores específicos como jornalistas, cientistas e comunidade acadêmica nas políticas públicas no Brasil. Embora onze dos dezenove trabalhos não tenham levado em consideração o papel desses atores na formulação ou na mudança institucional das políticas ponderadas, os trabalhos que fizeram tal levantamento foram dicotômicos em suas considerações. Isso significa que, dos oito trabalhos que consideraram o papel dos cientistas, jornalistas e comunidade acadêmica, quatro viram pouca importância desses atores para mudanças institucionais na política pública e outros quatro viram alta relevância. O que foi indicado pelos trabalhos analisados foi o fato dos jornalistas, cientistas e comunidade acadêmica terem grande influência na política de ciência e tecnologia e em políticas voltadas à infância, mas pouca importância em políticas de saúde, por exemplo. Em relação às políticas ambientais, esses atores influenciaram na política de silvicultura no Rio Grande do Sul e na transposição de terras no São Francisco, mas não o fizeram na política nacional de biodiversidade e florestas e na política de ordenamento territorial do Distrito Federal, demonstrando pontualidade e características específicas em suas ações.

A importância de compreender a existência de certa influência de jornalistas, cientistas e comunidade acadêmica é verificar, mesmo que parcialmente, se o ambiente político externo ao subsistema de políticas públicas afeta o comportamento dos integrantes das coalizões, gerando dinâmicas diferenciadas de mudança na política pública. Como o próprio ACF expõe, regimes com características mais tendentes ao corporativismo apresentam menos participação, incentivos e abertura para a atuação de mediadores, acarretando em um relacionamento mais consensual entre as coalizões e, por conseguinte, em maior estabilidade e menor grau de mudança nas políticas públicas (SABATIER; WEIBLE, 2007). De toda forma, as teses e dissertações produzidas no Brasil deixam em aberto qual a

real influência desses personagens na mudança política. O que pôde ser visto, somente, foi a pontualidade das ações de jornalistas, cientistas e comunidade acadêmica em políticas públicas específicas, não se podendo inferir dos achados que o modelo sofra algum prejuízo ao ser aplicado em características políticas distintas das características pluralistas dos EUA.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de levantar as teses e dissertações brasileiras que utilizaram o *Advocacy Coalition Framework* – ACF como modelo teórico principal para análise e percepção das mudanças em políticas públicas, esse trabalho teve a intenção de entender como o ACF vem-se sedimentando no Brasil, bem como verificar se os trabalhos nacionais estão tentando dirimir as críticas levantadas em relação ao modelo. O texto justificou-se, sobretudo, na medida em que busca contribuir para os estudos de políticas públicas no país. O número de trabalhos encontrados que embasaram este texto de discussão, com certeza, foi restrito e pode ser entendido como um limite da pesquisa. Entretanto, considera-se que a pouca quantidade de trabalhos realizados em âmbito nacional representa mais o início da construção de um campo voltado para a análise de políticas públicas, do que necessariamente uma desvalorização do modelo empreendido por Sabatier, uma vez observado o crescente número de trabalhos encontrados a partir de 2006.

Os resultados foram divididos em dois momentos: o primeiro que tentou mapear as características do modelo em território brasileiro; e o segundo que buscou compreender como os trabalhos nacionais dialogam com as críticas realizadas ao modelo no momento de aplicá-lo. De modo geral, foi percebida a existência de duas instituições que recorrentemente desenvolvem trabalhos embasados teoricamente nos pressupostos do ACF, quais sejam, a Universidade de Brasília e Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Com maior frequência, o ACF é trabalhado para o estudo de políticas de alcance nacional e em políticas de meio ambiente e energia, o que replica os resultados encontrados sobre a aplicação internacional do modelo. O método qualitativo foi utilizado em todos os trabalhos localizados no Brasil. O rigor metodológico e as sugestões apontadas por Jenkins-Smith e Sabatier (1993) para delimitar as coalizões poucas vezes foram observados rigorosamente, caracterizando, assim, certa negligência e um aspecto que necessita a devida atenção.

Quanto às críticas que são feitas ao modelo, a necessidade de tornar o modelo mais explicativo e aplicável em regimes políticos diferentes do formato pluralista norte-americano, as teses e dissertações analisadas comportaram-se de duas formas distintas. A primeira forma foi não depositar esforço na discussão de tais críticas no corpo do trabalho, fato que ocorreu na maioria dos trabalhos. Para aqueles que se atentaram às críticas, notou-se que o Modelo de Múltiplos Fluxos se conformou como o complemento mais utilizado conjuntamente com o ACF. Observou-se, também, que atores como jornalistas, cientistas e comunidade acadêmica oscilam nas participações nos subsistemas de acordo com a política analisada, tendo maior influência nas políticas de ciência e tecnologia e políticas públicas voltadas à infância.

Continuar as investigações na área de políticas públicas configura, sobretudo, uma maneira de aprimorar os modelos que estão sendo utilizados e também uma forma de tornar o conhecimento sobre políticas públicas capaz de gerar mudanças efetivas. Sugestões de temas para futuras pesquisas podem ser encontrados na compreensão mais delineada de outros modelos de políticas públicas além do ACF, como o próprio Modelo de Múltiplos Fluxos (KINGDON, 1995; ZAHARIADIS, 1999) e O Modelo do Equilíbrio Pontuado (JONES; BAUGARTNER, 2012), e na verificação da aplicabilidade em solo brasileiro desse tipo de abordagem. A possibilidade de acoplar dois ou mais modelos na análise de uma política nacional também pode ser um campo mais explorado. O que é certo é a necessidade de se

pensar ou adaptar modelos de políticas públicas usados internacionalmente para a realidade brasileira numa perspectiva de “redução sociológica” nos moldes de Guerreiro Ramos (1996).

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. Governo, Empresa Estatal e Política Siderúrgica: 1930-1975. In: LIMA, O. B.; ABRANCHES, S. H. (Org.) *As Origens da Crise: Estado Autoritário e Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Vértice, 1987.

ALBRIGHT, E. A. Policy Change and Learning in Response to Extreme Flood Events in Hungary: An Advocacy Coalition Approach. *Policy Studies Journal*, Denver, v. 39, n. 3, 2011.

ALONSO, A.; COSTA, V. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um Balanço Bibliográfico. *Revista de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais – BIB*, São Paulo, n. 53, 2002.

ARAÚJO, S. M. V. G. *Coalizões de Advocacia na Formulação da Política Nacional de Biodiversidade e Florestas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ARAÚJO, S. M. V.G. *Política Ambiental no Brasil no Período de 1992-2012: Um Estudo Comparado das Agendas Verde e Marrom*. 2013. 430 fls. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais – BIB*, São Paulo, v. 61, n.1, 2006.

DE LEON, P. Policy Change and Learning: an Advocacy Coalition Framework. *The Policy Studies Journal*, v. 22, n. 1, p. 176-185, mar. 1994.

FOLADORI, G. *Los Límites Del Desarrollo Sustentable*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2001.

FRANÇA, E.F. *Coalizões de advocacia na formulação da política de controle de drogas no Brasil, no período 1998/2000*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

GUERREIRO RAMOS, A. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

HILL, K. Q. In search of policy theory. *Policy Currents*, v.7, n. 1, p. 1-9, abr. 1997.

INGOLD, K. Network Structures within Policy Processes: Coalitions, Power, and Brokerage in Swiss Climate Policy. *Policy Studies Journal*, Denver, v. 39, n. 3, 2011.

JOHN, P. *Analysing Public Policy*. Londres: Pinter, 1999.

_____. Is there life after policy streams, advocacy coalitions, and punctuations: Using evolutionary theory to explain policy change? *The Policy Studies Journal*, v. 31, n. 4, 2003

JONES, B. D.; BAUMGARTNER, F. R. From There to Here: Punctuated Equilibrium to the General Punctuation Thesis to a Theory of Government Information Processing. *The Policy Studies Journal*, v. 40, n. 1, 2012.

KINGDON, John W. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. 2. ed. Nova Iorque: Longman, 1995 [1984].

NOHRSTEDT, D. Shifting Resources and Venues Producing Policy Change in Contested Subsystems: A Case Study of Swedish Signals Intelligence Policy. *Policy Studies Journal*, Denver, v. 39, n. 3, 2011.

OLIVEIRA, A.P.B.V. *As Mudanças na Política de Saneamento em Belo Horizonte no Período de 1993-2004: Uma Análise a Partir do Modelo de Coalizões de Defesa*. 2011. 211 fls. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SABATIER, P.A.; WEIBLE, C.M. The advocacy coalition framework: Innovations, and clarifications. In SABATIER, P.A (Ed.). *Theories of the Policy Process*. 2ª Ed. Boulder: Westview Press, 2007. p. 189-220.

SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. The advocacy coalition framework: An assessment. In SABATIER, P.A (Ed.). *Theories of the Policy Process*. Boulder: Westview Press, 1999. p.117-166.

SIMON, Herbert A. Human Nature in Politics: The Dialogue of Psychology with Political Science. *The American Political Science Review*, v. 79, n. 2, p. 293-304, jun. 1985.

VIANA, L.B.F. *Entre o Abstrato e o Concreto: Legado do Embate sobre o Projeto de Integração do São Francisco ou da Transposição*. 2011. 200 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

VICENTE, V.M.B. *Análise de mudanças institucionais na política de ordenamento territorial urbano no Distrito Federal (1991 - 2009)*. 230 fls. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

WEIBLE, C. M., SABATIER, P. A.; McQUEEN, K. Themes and variations: Taking stock of the Advocacy Coalition Framework. *The Policy Studies Journal*, v. 37, n. 1, p.121-140, 2009.

ZAHARIADIS, N. "Ambiguity, time and multiple streams", in Paul A. Sabatier (ed.), *Theories of the policy process*. Oxford: Westview Press, 1999.